



30608634

08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA – CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (30675606)

| | | |
|--------------|----------------------------------|--------------|
| Data | 28/01/2025 | |
| Local | Microsoft Teams | |
| ITEM | NOME | ÓRGÃO |
| 1 | Cristina Nine Biscaia | SENACON |
| 2 | Eduardo Barros | SENACON |
| 3 | João Pimenta Staub | SENACON |
| 4 | Maria do Carmo R. Macedo | SENAJUS |
| 5 | Fabiana Vieira de Queiroz | SENAJUS |
| 6 | Priscilla Oliveira | SENASA |
| 7 | Genivaldo dos Santos Costa | SENASA |
| 8 | Núbia Augusto de Sousa Rocha | ANPD |
| 9 | Danyela Félix | ANPD |
| 10 | David Lima Freitas | SPO |
| 11 | Ludmila Horta | PF |
| 12 | Daniel Russo | PF |
| 13 | Monique Rodrigues | PF |
| 14 | André Vilaron | CADE |
| 15 | Bruna Cardoso dos Santos | CADE |
| 16 | José Roberto Ângelo Barros Penha | PRF |

| | | |
|----|---------------------------------|-------------|
| 17 | Isabelle Henriques | PRF |
| 18 | Arlene Cruz Morais | SAJU |
| 19 | Ewandjoecy Francisco de Araújo | SAJU |
| 20 | Ana Carolina Rocha de Carvalho | SENAPPEN |
| 21 | Lício Joaquim da Silva Rêgo | SENAPPEN |
| 22 | Helena Melo Moura | SENAD |
| 23 | Luciana Melo | SENAD |
| 24 | Denise de Carvalho Pires Fulton | SENAD |
| 25 | Glauberto Alves | CGOF/SPO/SE |
| 26 | Bruna Ignácio Moreira | CGGE/SPO/SE |

| | |
|--|--|
| Pauta da reunião (30675782) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão de Políticas Públicas 2. Monitoramento das Políticas Públicas no âmbito do MJSP 3. Informes Gerais 4. Encaminhamentos |
|--|--|

1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, deu início à reunião ordinária da CT-CGE, às 15 horas, do dia 28 de janeiro de 2025, de forma presencial na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Agradeceu a participação dos presentes e ressaltou a importância da retomada dos trabalhos da Comissão. Realizou-se uma rodada de apresentações para expor as mudanças ocorridas na composição dos membros do colegiado. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (30675782)
2. Em seguida, foi apresentada a estrutura atual da Carteira de Políticas Públicas do MJSP, com uma breve explicação de cada uma de suas partes e do processo de formulação. Informou-se que, após a revisão das políticas públicas do Ministério ocorrida em 2024, algumas delas foram reformuladas e agrupadas, resultando na redução do número total. Adicionalmente, foi apresentado o site no SharePoint, plataforma que reúne os instrumentos de gestão de políticas públicas. Ressaltou-se que a fase quantitativa do monitoramento dessas políticas está em curso desde o exercício anterior, por meio de indicadores coletados e inseridos no mesmo sistema utilizado pelo Planejamento Estratégico. As coletas são inseridas no sistema até o dia 10 de cada mês pelos servidores designados pelas respectivas unidades. O Sr. David também comentou a situação atual desse monitoramento.
3. Em seguida, ao avançar para o próximo tópico da pauta, foi manifestada a intenção de iniciar o monitoramento qualitativo de 2024 das políticas públicas. O Coordenador da CT-CGE destacou que essa etapa representa uma oportunidade para evidenciar o bom trabalho realizado por cada unidade. Ele solicitou, além do registro das entregas concretas e dos resultados alcançados ao longo do exercício, um recorte dessas informações em relação às agendas transversais do Ministério. Também será requisitada a identificação dos instrumentos utilizados na execução das políticas, bem como das dificuldades enfrentadas e das soluções adotadas; os programas, planos e ações sob responsabilidade da unidade ou de outros órgãos; os riscos identificados e as estratégias adotadas para mitigação; e, por fim, informações relevantes sobre a avaliação dos resultados da política no período. O registro dessas informações será feito por meio de formulário disponibilizado via SEI MJ. Com base nessas devolutivas, será elaborado o Relatório de Monitoramento de 2024, consolidando as respostas obtidas.

4. Outro ponto discutido na reunião foi a dinâmica dos trabalhos para 2025. Foi informado que as apresentações de monitoramento terão início na reunião da CT-CGE de fevereiro, com reuniões mensais, sendo que cada uma abordará duas políticas públicas. Cada unidade terá 15 minutos para apresentar, abordando o objetivo da política, os resultados dos indicadores, o status dos Projetos Estratégicos, as principais entregas e o orçamento. Ele solicitou que as unidades integrem o monitoramento dos instrumentos estratégicos, com foco na relação das ações realizadas com os demais instrumentos, e pediu maior integração entre as áreas de orçamento e estratégia. Após cada apresentação, será aberta uma janela para atualização do detalhamento da política. Destacou-se a necessidade de atualizar a base legal, vincular as ações às entregas das políticas específicas e alinhar o orçamento vigente (LOA) aos instrumentos estratégicos, como o PPA 2024-2027, as Políticas Públicas, a Cadeia de Valor, o PNSP, os ODS, a EFD e o Planejamento Estratégico 2024-2027. Foram apresentadas e aprovadas as duas primeiras políticas a serem discutidas no dia 25 de fevereiro, além do calendário de apresentações até junho. Também foi sugerido um modelo para as apresentações, que incluirá o contexto e objetivo da política, resultados dos indicadores (PP, PPA e PE), status dos projetos estratégicos, principais resultados/entregas da Política e execução orçamentária relacionada. Espera-se que as unidades consigam apresentar de forma integrada o monitoramento dos instrumentos estratégicos, apresentando as ações executadas até o momento na política pública escolhida e como está se relaciona com os demais instrumentos, permitindo assim, a análise do andamento das atividades na Política Pública, Planejamento Estratégico, Plano Plurianual e Orçamento. Por fim, o Sr. Ronaldo Nogueira, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AEI, destacou a importância desse instrumento para o Ministério e para a sociedade, enfatizando que ele demonstra controle e conhecimento sobre as políticas públicas, além de reforçar o comprometimento de todos com esse trabalho.
5. Em seguida, foram apresentados os informes gerais, incluindo uma explicação sobre o acompanhamento físico-financeiro, que consiste na prestação de contas sobre a utilização dos recursos públicos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOPI), responsável pela gestão orçamentária. Destacou-se que cada ação e plano orçamentário possuem produto e meta, e que os servidores devem registrar essas informações no sistema. A comparação dos dados entre os diversos instrumentos revelou inconsistências, evidenciando a falta de integração entre eles. Dado que esse acompanhamento faz parte do sistema de planejamento e orçamento, é essencial que o colegiado atue de forma coordenada, garantindo maior consistência nos registros e evitando divergências que comprometam a análise e o alinhamento das metas. O Sr. Ronaldo complementou que essa dissonância entre os dados e informações transmite a impressão de falta de controle e conhecimento sobre as políticas, recursos e entregas do Ministério, reforçando a importância da sinergia entre as unidades. Foi exposto também alguns painéis que compilam os números do Ministério, permitindo uma visão mais clara e estruturada das informações. O Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças, da Secretaria de Acesso à Justiça, Sr. Ewandjôecy de Araujo, enfatizou a relevância da sensibilização das chefias para o engajamento das instâncias superiores nos assuntos desta comissão técnica.
6. Outro ponto discutido foram as observações sobre o Relatório de Gestão, com destaque para o Ofício Circular nº 110 (SEI 29944146) do processo SEI nº 08011.000087/2024-83, enviado às unidades. Ressaltou que o prazo para envio das informações pelas unidades finalísticas à CGGE encerrou-se em 20 de janeiro e que os dados estão sendo analisados. Além disso, abordou-se o monitoramento do PPA, referenciando o Ofício Circular nº 114 (SEI nº 30020868) do Processo SEI nº 08011.000099/2024-16, cujo prazo de envio finalizou em 22 de janeiro. Com isso, reforçou-se a importância do cumprimento dos prazos e da qualidade das informações enviadas, assegurando um monitoramento eficaz e alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério.
7. Na sequência, foi informada a data da próxima reunião da CT-CGE, agendada para o dia 25 de fevereiro de 2025, às 15 horas, quando serão discutidas as políticas previamente estabelecidas.
8. Encerrada a pauta, após os esclarecimentos das dúvidas das unidades, o Sr. David agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- Envio pela CGGE para as unidades:
 - Apresentação da reunião CT-CGE;
 - Ata de Reunião;
 - Manual da CT-CGE;
 - Planilha de Pontos Focais; e
 - Modelo de apresentação do monitoramento e calendário.



Documento assinado eletronicamente por **LUDIMILA GOMES DE AMORIM MOTA, Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 09:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 13/02/2025, às 10:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 13/02/2025, às 11:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLE DE MORAIS HENRIQUES, Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 13:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha de Carvalho, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos - Substituto(a)**, em 14/02/2025, às 10:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Augusto de Sousa Rocha, Usuário Externo**, em 16/02/2025, às 19:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IBERIA APARECIDA COSTA ONOFRE, Coordenador(a) de Orçamento**, em 17/02/2025, às 14:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane da Costa Almeida, Diretor(a) de Gestão de Ativos e Justiça**, em 17/02/2025, às 15:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 17/02/2025, às 15:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana da Silva Melo, Colaborador(a) Eventual**, em 17/02/2025, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ediane de Assis Bastos, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 18/02/2025, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÓECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a) de Planejamento, Orçamento e Finanças**, em 19/02/2025, às 16:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 24/02/2025, às 19:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30608634** e o código CRC **A9164C1D**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.